



## A MINA DE ITATAIA EM SANTA QUITÉRIA- CE: O URÂNIO E OS RISCOS DA EXPLORAÇÃO

*The itatiaia mine in santa quitéria city- ce: the uranium and the risks of exploration*

*La mina Itatiaia en Santa Quitéria-CE: uranio y los riesgos de la exploración*

Maria Auxiliadora de Medeiros \*  
Aldiva Sales Diniz \*\*

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo entender os conflitos estabelecidos em torno da exploração de urânio da mina de Itataia, em Santa Quitéria – Ceará, onde questionamos a necessidade de explorar este minério no Brasil, em especial, o urânio de Itataia, cujo licenciamento ainda encontra-se em fase de avaliação pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e pela CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear). O referido depósito de urânio está localizado na parte central do Estado do Ceará, a cerca de 45 km a sudeste da cidade de Santa Quitéria. É a maior reserva de urânio que o país possui e sua viabilidade econômica é dependente da exploração do fosfato associado. Isso significa que a extração de urânio está condicionada à produção de ácido fosfórico - insumo utilizado na produção de fertilizantes. Sugerimos a análise dos benefícios, custos e danos, principalmente para a população do entorno imediato da mina, formada por cerca de seis mil famílias, distribuídas em vinte e sete comunidades no município de Santa Quitéria e quinze no município de Itatira.

**Palavras-chave:** Urânio. Espaço. Território. Camponeses.

### ABSTRACT

This study aims to understand the conflicts established around the exploration of uranium from Itataia mine in Santa Quitéria - Ceará, where we wonder the real necessity to explore this ore in Brazil, especially the uranium from Itataia, whose licensing is still being evaluated by IBAMA (Brazilian Institute of Environment and Renewable Natural Resources) and CNEN (National Nuclear Energy Commission). That uranium deposit is located in the central part of the State of Ceará, approximately 45 km southeast of the city of Santa Quitéria. It is the largest reserve of uranium that the country has and their economic viability is dependent on the associated phosphate exploration. This means that the uranium extraction is subject to the production of phosphoric acid - raw material used in the production of fertilizers. We recommend the analysis of the benefits, costs and damages, mainly for immediate surrounding population of mine, consisting of about six thousand families distributed in twenty-seven communities in Santa Quitéria and fifteen in the city of Itatira.

**Keywords:** Uranium, Space, Territory, Peasants.

### RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo comprender los conflictos establecidos en torno de la explotación de uranio de la mina Itataia en Santa Quitéria - Ceará, donde ponemos en duda la necesidad de explotar este mineral en Brasil, especialmente el uranio de Itataia, cuya licencia que todavía se encuentra en fase de evaluación por el IBAMA (Instituto Brasileño de Medio Ambiente y Recursos Naturales Renovables) y la CNEN (Comisión Nacional de Energía Nuclear). Ese depósito de uranio está ubicado en la parte central del Estado de Ceará, a unos 45 km al sudeste de la ciudad de Santa Quitéria. Es la mayor reserva de uranio que tiene el

(\*) Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: madmedeiros@hotmail.com.

(\*\*) Professora Doutora do Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: aldivadiniz@gmail.com

país y su viabilidad económica depende de la explotación de fosfato asociado. Esto significa que la extracción de uranio está sujeta a la producción de ácido fosfórico - materia prima utilizada en la producción de fertilizantes. Recomendase el análisis de los beneficios, costos y daños, principalmente para la población circundante inmediata de la mina, aproximadamente seis mil familias distribuidas en veintisiete comunidades de Santa Quiteria y quince en la ciudad de Itatira.

**Palabras clave:** Uranio, Espacio, Tierra, Campesinos.

## 1. INTRODUÇÃO

Desde o final do século XIX, quando se deu a descoberta das partículas subatômicas e da radioatividade, que suas aplicações são estudadas, voltando o seu uso principal para a geração de energia elétrica por meio das usinas nucleares. Todavia, embora a geração de energia seja o seu uso mais importante, a radioatividade é também usada significativamente em aparelhagens médico-hospitalares, em alterações genéticas de algumas plantas, visando melhorar a produção; na fabricação de armamentos, entre outros fins.

A exposição prolongada do ser humano à radioatividade representa um perigo que merece bastante atenção, além de ser um tema polêmico e delicado. Alguns acidentes fizeram desse recurso notícia negativa, fatos que levaram a um repensar de seu uso, deixando em alerta movimentos defensores de justiça ambiental, defensores dos direitos humanos fundamentais e da saúde da população.

Divulgada como energia limpa e segura, a energia nuclear é, na verdade, suja, cara e perigosa. A sua cadeia produtiva consome grandes quantidades de energia (extração, enriquecimento, transporte) e consome grande quantidade de água. Apoiado em dados do Greenpeace, Cornwall (2013) nos mostra que um único reator consome entre 35 e 65 milhões de litros de água por dia, e ainda gera lixo nuclear e nos põe em risco de acidentes.

O acidente nuclear em Fukushima, ocorrido em 11 de março de 2011, no Japão, foi o último dos quatro grandes acidentes envolvendo reatores nucleares, conhecidos até hoje e, por conta deste, vários países estão revendo seus planos de utilização de energia nuclear para fins de geração de eletricidade. De acordo com Cornwall (2013), antes dele, a história registra um acidente ocorrido em Windscale – Reino Unido, em 08 de outubro de 1957; o acidente na usina Three Mile Island - EUA, em 28 de março de 1979; e o Acidente nuclear de Chernobil, na Ucrânia, em 26 de abril de 1986, que, na época, era parte da então União Soviética, sendo, este último, considerado como o pior de todos até aquele momento.

Foram tristes as oportunidades em que a humanidade pôde ver a força da energia nuclear agir fora de seu controle, em decorrência de falhas no manuseio dos equipamentos com estruturas defasadas e envolvendo um reator em funcionamento.

Além destes, a história registra outros acidentes nucleares como: Tokaimura - Japão, 1999; Bohunice - Tchecoslováquia, 1977; Yucca Flat - EUA, 1970; Submarino K-19, 1961, e Kyshtym - Rússia, 1957<sup>1</sup>.

No Brasil, teve início em 13 de setembro de 1987 o maior acidente radiológico, em Goiânia. Um instrumento de uso hospitalar, largado indevidamente, é encontrado por catadores de ferro-velho, que, depois de rompida a estrutura de proteção e repassado adiante, gerou mortes e afetou seriamente a saúde de centenas de pessoas, além dos prejuízos materiais.

Todos estes acidentes soam como um alerta e nos conduzem a sugerir um repensar sobre o projeto de mineração e beneficiamento de urânio e fosfato da mina de Itataia em Santa Quitéria – Ceará, que, segundo a Nota produzida pelo Núcleo TRAMAS/UFC - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, acerca da posição do grupo em relação ao licenciamento ambiental do Projeto, este foi orçado em 870 milhões de reais e visa produzir 1.600 toneladas de concentrado de urânio simultâneo à produção de 1.050.000 toneladas de derivados fosfatados por ano.

Assim sendo, sentimos a necessidade de analisar os benefícios, custos e danos, principalmente para a população do entorno imediato da mina, formada por aproximadamente seis mil famílias, distribuídas em vinte e sete comunidades no município de Santa Quitéria e quinze no município de Itatira.

Dentro das vinte e sete comunidades no município de Santa Quitéria, existem quatro assentamentos, todos fruto da luta pela terra, a saber: Saco do Belém, Morrinho, Queimadas e Alegre Tatajuba. Isso nos leva a refletir no fato de que os camponeses, durante anos, travaram uma luta para ter acesso à terra e, após ter conquistado o sonho de ter um pedaço de chão para viver com dignidade, se veem, agora, no risco de terem que abandonar o lugar, por conta da invisível ameaça da radiação.

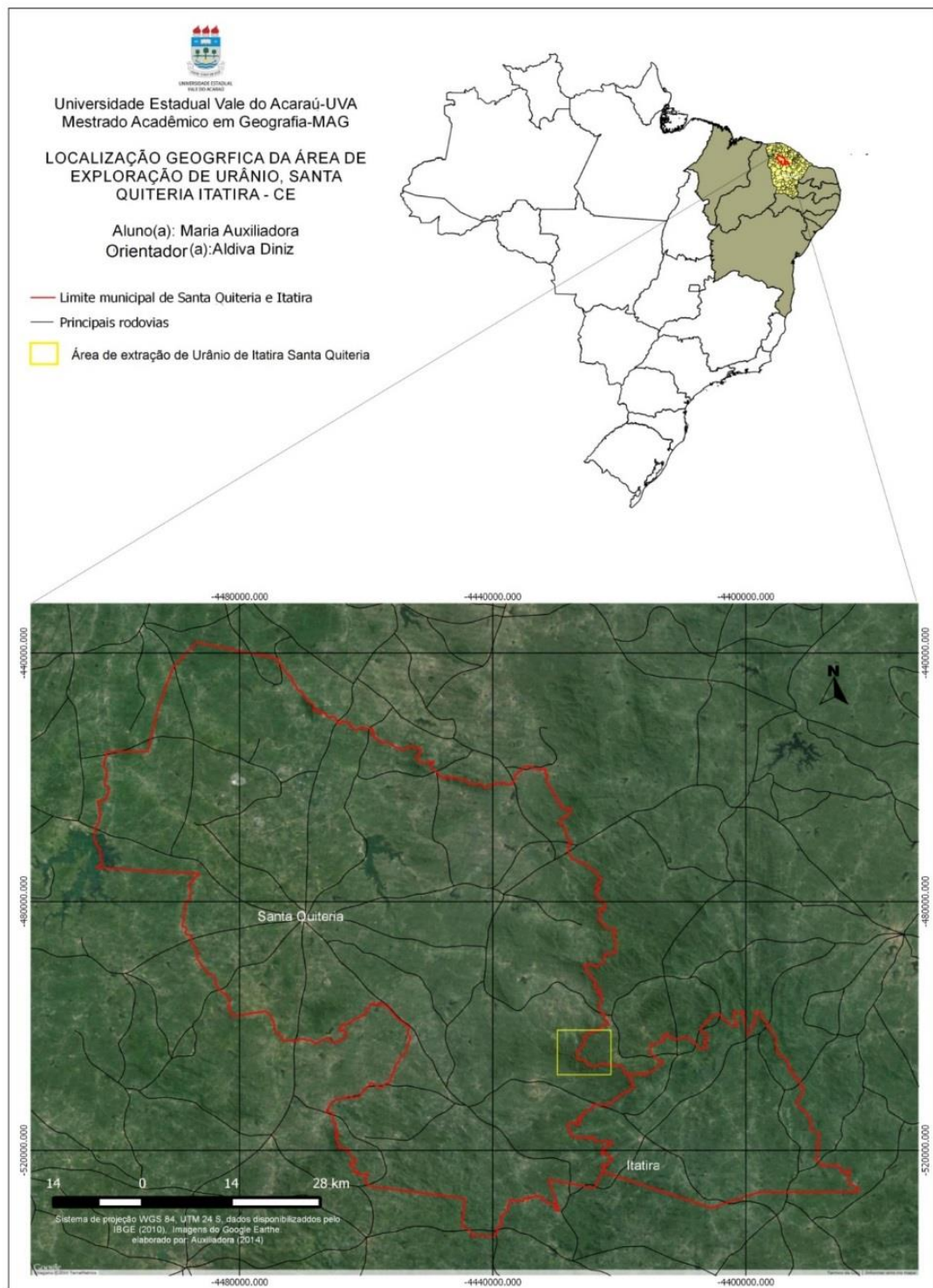
O município de Santa Quitéria situa-se na porção noroeste do Estado do Ceará, na microrregião do Sertão Central, distando 222 km de Fortaleza, e tem como municípios limítrofes: Cariré, Groaíras, Forquilha, Sobral, Irauçuba, Canindé, Itatira, Boa Viagem, Monsenhor Tabosa, Catunda, Hidrolândia, Pires Ferreira e Varjota (ver Figura 1).

Itatira situa-se na microrregião dos Sertões de Canindé, distante aproximadamente 216 km de Fortaleza e faz limites com os municípios de Canindé, Madalena, Santa Quitéria e Boa Viagem.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.industriahoje.com.br/os-maiores-acidentes-nucleares-da-historia>. Acesso em 5 de fevereiro de 2015

**Figura 1** – Mapa de localização da mina de urânio em Santa Quitéria e Itatira.



Fonte: Autoras

O momento é bastante tenso nas comunidades diretamente afetadas. Muitas promessas de emprego e renda são atreladas à exploração da mina. Há uma divisão de opiniões entre os moradores, mas são muitos os que preferem que a mina fique lá, intacta, permitindo que a vida continue, naquele território onde o sofrimento

da seca e escassez de políticas públicas de apoio ao pequeno produtor calejam as suas feições, mas não impedem o sorriso largo e alvissareiro.

Assentamentos e demais comunidades diretamente atingidas vivem da agricultura e, no seu cotidiano, ainda têm que lutar por assistência ao crédito e à técnica. Eles valorizam as conquistas já alcançadas, como o banco de sementes crioulas, os quintais produtivos, as cisternas de placas e todos os projetos já conquistados que vieram a beneficiar a vida camponesa. Todos já enfrentam as dificuldades habituais da vida no semiárido, e, com estas, eles sabem lidar. Todavia, assombram-se com a possibilidade do perigo de ter uma exploração de urânio no seu entorno. De todos os inimigos, este é o mais assustador, por ser invisível, por as consequências serem de longo alcance temporal, pondo em risco gerações futuras, pelos exemplos de problemas enfrentados em Caitité, na Bahia, lugar onde existe uma exploração ativa desde 1998, entre outros motivos. Aliás, pelos exemplos que temos tido no Brasil e no mundo, é difícil pensar em urânio sem associarmos a imagens de acidentes, falhas humanas no manuseio de tão delicado produto, mutações genéticas, cânceres e todo tipo de mazelas que uma exposição radioativa pode ocasionar.

Colocamo-nos ainda como moradora de um dos municípios limítrofes – o município de Cariré, onde já é possível observarmos uma preocupação por parte de alguns moradores mais instruídos, ligados à saúde pública, a respeito deste empreendimento no município vizinho, gerando uma expectativa negativa. Este fato, atrelado ao pouco conhecimento, à falta de informações adequadas a respeito dos riscos, ao medo de que haja um descuido ao contratar profissionais em regime temporário, sem que estes passem por um devido treinamento, atija ainda mais o nosso desejo de estudar este assunto, visando favorecer um ambiente de aprofundamento, apontando propostas de soluções e contribuindo para uma maior articulação e participação de todos que se encontram envolvidos direta ou indiretamente com o problema.

Por isso nos propomos a pesquisar, para promover o debate e compreendermos como as políticas públicas chegam até à sociedade, seus objetivos reais, os impactos causados, e como os sujeitos diretamente afetados são considerados. Questionamos o custo de um empreendimento desta natureza para a vida daquelas comunidades e assentamentos da região mais próxima da mina. Quais os direitos destes moradores insatisfeitos? A quem pertence a capacidade de escolha, num empreendimento que afeta tão vorazmente a vida de vários indivíduos, com grandes riscos de prejudicá-los, nas diversas esferas de seu cotidiano e para o resto de suas vidas e de seus descendentes?



## 2. A EXPLORAÇÃO DO URÂNIO DE ITATAIA: A QUEM PERTENCE A CAPACIDADE DE ESCOLHA?

Que cara tem teu desenvolvimento? Que cara tem tua exploração?  
 Eu quero ver tua cara de medo bebendo da água dos nossos irmãos.  
 De madrugada eu tô na porteira, só espiando a lua sumir,  
 Vou tirar leite da vaca leiteira que não vai pra caixa nem se vence aqui  
 Tuas promessas não me interessam /Tua riqueza e tua explosão,  
 Não quero nada que deu para a irmã Caetité / Quero o sossego que eu plantei no chão.  
 Eu quero ouvir só o canto dos galos, que me acorda ao amanhecer.  
 Não é o som dessa bomba explodindo que a minha terra vai desenvolver.  
 Qual é o preço de poucos empregos? Será que paga a poluição?  
 Não há dinheiro no mundo que pague a falta que vai fazer o meu feijão.

*Soraia – Jovem de Santa Quitéria*

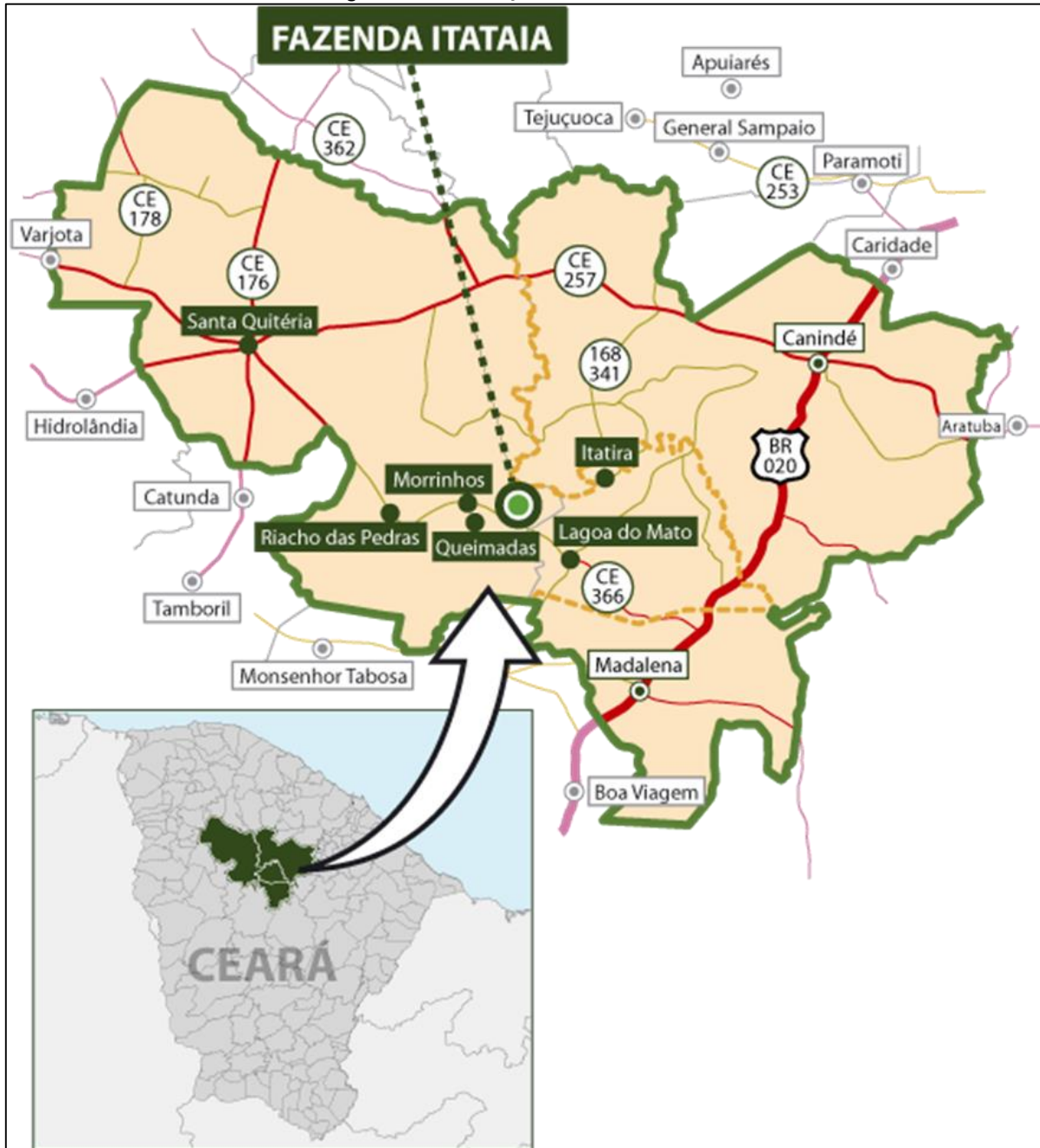
Data de 1976 o primeiro registro de pedido de licenciamento da fazenda Itataia (ver figura 2) no DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), quando, segundo consta no EIA-RIMA do Projeto Santa Quitéria, Volume I, a Sra. Prudenciana Sabóia, proprietária da fazenda, requereu uma área de 174 ha para pesquisa do calcário. Segundo o documento citado, no mesmo ano, a NUCLEBRÁS Empresa Nuclear Brasileira, sucedida desde 1998 pela INB (Indústrias Nucleares do Brasil S/A), requereu outras 4 áreas de 5000 ha cada para prospecção e pesquisa de urânio, adquirindo, depois, toda a fazenda com 4.042 ha e os direitos minerários.

Posteriormente, a Nuclebrás adquiriu a Fazenda Itataia, com 4.042 ha, e os direitos minerários, tendo a cessão e a transferência de todos estes processos sido averbados no DNPM. Em 1988, foi criada a INB (Indústrias Nucleares do Brasil S/A), que sucedeu a Nuclebrás e incorporou suas controladas, tornando-se então a titular dos processos perante o DNPM. (SÃO PAULO, 2014, p. 113).

Ainda segundo o EIA-RIMA - Projeto Santa Quitéria, Volume I, em 1990, foi registrado um novo requerimento de pesquisa mineral da fazenda Itataia, abrangendo 4.001,04 ha, protocolado pela Nuclemon Mineradora Química Ltda, empresa que, depois, foi incorporada pela INB, tendo sido protocolado em 06/12/94 o requerimento de lavra englobando todos os processos anteriores, embasado em um Plano Único de Aproveitamento Econômico.

Com a incorporação da Nuclemon pela INB e a aprovação da respectiva averbação da cessão de direitos, esta se tornou também a titular deste processo perante o DNPM. Uma vez outorgado o alvará de pesquisa no âmbito do processo DNPM nº 800.095/90, foram executadas as pesquisas e apresentado o respectivo Relatório Final, o qual foi aprovado pelo DNPM conforme publicado no DOU em 08/12/93. (SÃO PAULO, 2014, p. 114).

Figura 2 – Localização da fazenda Itataia.



Fonte: <http://www.consorciosantaquiteria.com.br/projeto.php>

No ano de 2004, a INB obtém a licença prévia (23/09/04) e a licença de instalação (30/09/04), pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE). Depois dessa liberação, a INB encaminhou ao DNPM a solicitação de concessão de lavra englobando os vários processos, tendo sido realizadas diligências nos dias 15 e 16 de fevereiro de 2005 e, após estas, foi emitido parecer favorável ao englobamento das áreas dos processos e no dia 03/10/05 foi publicado No Diário Oficial da União, Seção 1, Página 56, a portaria de Nº 251 outorgando à INB o direito de lavra.

[...] o Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, através da Portaria Nº 251, de 29/09/05, publicada no DOU em 03/10/05, Seção 1, Página 56, resolveu outorgar a INB concessão para lavar fosfato, no município de Santa Quitéria, Estado do Ceará, em uma área de 4.001,04 ha, delimitada por um polígono que tem um vértice a 1.079 m, no rumo verdadeiro de 28°04'NE do ponto de Coordenadas Geográficas: Lat. 04°35'34,0"S e Long. 39°48'57,0"W, e os lados a partir deste vértice com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 5.850m-N, 2.920m-E, 2.200m-S, 7.080m-E, 2.790m-S, 4.560m-W, 1.260m-S, 2.520m-W, 400m-N, 2.920m-W, tendo ressalvado o DNPM que o aproveitamento do urânio deverá ser submetido à legislação federal de monopólio de minerais nucleares. (SÃO PAULO, 2014, p. 114)

O projeto de extração de Urânio em Santa Quitéria iniciou o seu processo de licenciamento ambiental junto à SEMACE (Superintendência Estadual do Meio Ambiente), de modo completamente irregular, visto que a Constituição Federal é bem clara quanto à competência somente da união para legislar sobre a exploração de minerais nucleares. A empresa obteve a licença Prévia e a licença de Instalação na instância estadual, mas teve o licenciamento anulado pelo poder judiciário.

[...] os empreendedores da mina, buscando driblar o licenciamento, solicitaram à Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) que separasse a atividade de extração de fosfato da extração de urânio. Porém, obtida a licença, o Ministério Público Federal conseguiu derrubá-la na justiça e suspendeu as obras até a realização do procedimento adequado para verificar os impactos da extração do urânio no território. A licença ambiental deve ser feita por um órgão federal, já que se trata de um empreendimento com características federativas, e precisa também, de parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), por se tratar de extração de urânio. (CÁRITAS DIOCESANA DE SOBRAL, 2014, p. 09)

Se fosse somente a exploração do fosfato, a SEMACE teria autoridade para conceder a licença, mas, por conta do fosfato encontrar-se associado ao urânio - elemento com alto teor radioativo - só o IBAMA poderá conceder - conforme determinam a Lei n.º 6.938-1981 (Política Nacional do Meio Ambiente); o artigo 3º da Resolução 001-1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e o artigo 4º, IV, da Resolução 237-1997- CONAMA, não havendo possibilidade alguma de obtenção de duplo licenciamento, como foi proposto, visto que o urânio e o fosfato encontram-se agregados na mesma rocha, ao extrair um, automaticamente, se extrairá o outro.

Em 23/08/05 o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública em face à SEMACE e à INB, requerendo a invalidação da LP e LI expedidas pela SEMACE, solicitando que todas as licenças relativas ao Projeto Santa Quitéria fossem expedidas pelo IBAMA, ou que o IBAMA atuasse supletivamente. A ação foi distribuída para a 03ª Vara Federal de Fortaleza. (SÃO PAULO, 2014, p. 119)

No ano de 2007, foi aberto o processo de licitação para a escolha da empresa parceira. A INB (Indústrias Nucleares do Brasil) recebeu propostas da Vale do Rio Doce, da Bunge Fertilizantes e da Galvani Mineração. Em 2008, a Galvani foi selecionada e, em 2009, formou-se o Consórcio Santa Quitéria composto



pela associação das duas empresas: as Indústrias Nucleares do Brasil – INB, estatal responsável pela produção do combustível que gera energia elétrica nas usinas nucleares brasileiras e o grupo Galvani.

Tendo em vista o impasse na continuidade do processo de licenciamento do Projeto Santa Quitéria, o Consórcio decidiu retomar o processo de licenciamento junto aos órgãos licenciadores, propondo a elaboração de novos EIA/RIMAs de acordo com o Termo de Referência (TR) emitido pelo IBAMA (versão de outubro de 2007). (SÃO PAULO, 2014, p. 120)

Em 2010, foi definido o novo modelo de licenciamento, desta vez, junto ao IBAMA. A INB enviou o documento: "Projeto Santa Quitéria - Proposta para o Licenciamento Ambiental - Agosto 2010", tendo enviado também, no mesmo ano, a solicitação da Licença prévia, cujo aviso de requerimento foi publicado no D.O.U. nº 28, de 09/02/11.

Um novo processo de licenciamento ambiental foi iniciado e, em janeiro de 2014, o IBAMA recebeu a segunda versão do EIA/RIMA, visto que a primeira versão entregue anteriormente não foi acolhida. Aceito para análise, o EIA/RIMA foi disponibilizado para acesso e, em novembro do mesmo ano, aconteceram três audiências públicas, embora tenham havido solicitações populares por um número bem maior de audiências, incluindo uma na capital Fortaleza, que acolherá o urânio concentrado no porto de Mucuripe.

A primeira audiência se deu no dia 20 de novembro de 2014, às 19h, em Santa Quitéria; a segunda ocorreu dia 21 de novembro de 2014, também às 19h, em Itatira; e a terceira deu-se no dia 22 de novembro de 2014, às 14h, no Distrito de Lagoa do Mato – Itatira. Em cada audiência, a população presente se mostrou bastante insatisfeita com o empreendimento. Cada participante poderia se manifestar mediante inscrição, com três minutos de fala e com direito à resposta e à réplica. Aconteceram muitas manifestações, e o que ficou claro nestas exaustivas audiências foi que a população que esteve presente recusa este projeto; e não é por desconhecimento que fazem isso, mas, ao contrário, quem se manifestou sabia bem contra o que estava lutando, visto que se apresentaram com falas fortes, esclarecidas e convictas. Atualmente, todos aguardam o resultado da análise do IBAMA, que poderá negar ou conceder a licença prévia.

Para a aprovação total do empreendimento, são necessárias três licenças: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO).

Do período em que se iniciou a exploração licenciada pela SEMACE, há depoimentos de moradores contando que um trabalhador adentrou na mina, levando na mão um lampião a gás, sem a devida proteção, e na entrada, deparou-se com uma corrente de gás radônio - que é sem cor e sem cheiro. O trabalhador foi tomado pelo fogo e sofreu muitas queimaduras, fato que o levou a óbito.

O fervor da população presente nas audiências públicas, que, quase majoritariamente, se posicionou contrária à exploração do urânio de Itataia, é fruto de uma luta que tem acompanhado o percurso histórico de

exploração, invalidação da licença e possibilidade de retomada da extração do minério. Para melhor ilustrar, apontaremos algumas ações que antecederam o momento atual e que reforçam o histórico de insatisfação popular a respeito deste empreendimento.

Antes das audiências, assentamentos e comunidades próximas à mina, movimentos populares, representantes de Instituições como a Cáritas Diocesana de Sobral, o Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, vinculado à Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (TRAMAS – UFC), pesquisadores da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra (MST), a Associação de Moradores de Morrinhos, entre outros, têm se manifestado publicamente, expondo os riscos e os impactos que a possível exploração trará. Todos estes grupos constituem, desde o ano de 2010, a Articulação Antinuclear do Ceará (AANCE).

Em março de 2011, como forma de fortalecimento, de luta e de insatisfação, com a exploração da mina, 500 mulheres da Via Campesina no Ceará se mobilizaram e protestaram (ver Figura 3), chamando atenção para os riscos e demonstrando preocupação com o modelo de produção que coloca o agronegócio em evidência.

**Figura 3:** Manifestação das mulheres da Via Campesina em Santa Quitéria



**Fonte:** CÁRITAS DIOCESANA DE SOBRAL. No Ceará – A peleja da vida contra o urânio, p. 22.

Foi realizada também, de 11 a 14 de agosto de 2012, a I Jornada Antinuclear, com o tema: “Os danos da mineração de urânio e fosfato: o presente que temos em Caetité-BA e o futuro que queremos em Santa Quitéria-CE”, contando com representantes da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhesca Brasil), que coordenaram o evento, com um padre e um morador da

comunidade atingida pela mineração de urânio de Caetité-BA, com representantes da Articulação Antinuclear do Ceará, entre outros convidados.

O Núcleo TRAMAS – UFC, juntamente com outros pesquisadores da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), constituiu, em 2013, um Painel Acadêmico-Popular, com o intuito de analisar o EIA-RIMA do Projeto Santa Quitéria e os materiais de divulgação produzidos pelos empreendedores, bem como produzir e socializar conhecimentos, entre outros objetivos.

Ainda em 2013, o Núcleo TRAMAS – UFC lançou um documentário em vídeo intitulado: *De Caetité (Ba) a Santa Quitéria (Ce) - A saga da exploração do urânio no Brasil*, com depoimentos de trabalhadores rurais, estudiosos, lideranças comunitárias, ambientalistas, religiosos, entre outros. Trata-se de um vídeo bastante didático e ilustrativo, tocando de forma direta o cerne desta problemática.

A Cáritas Diocesana de Sobral lançou, em Janeiro de 2014, uma cartilha intitulada: *No Ceará - A peleja da vida contra o urânio*, que denuncia a exploração de urânio e fosfato de Santa Quitéria, contando com a colaboração da Articulação Antinuclear do Ceará, do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde - Tramas/UFC.

Em junho de 2014, a Associação de Moradores de Morrinhos, a Cáritas Diocesana de Sobral, o Diretório Central dos(as) Estudantes da Universidade Federal do Ceará (DCE-UFC) e 56 cidadãos(ãs) do Município de Fortaleza enviaram ofícios ao IBAMA, solicitando que o EIA-RIMA do Projeto Santa Quitéria fosse refeito, por conter inconsistências que o desqualificam, assim como solicitando também que ocorressem mais audiências públicas, pelo menos cinco em cada localidade, e que estas fossem temáticas. As localidades solicitadas foram os municípios de Santa Quitéria, Itatira, Canindé, Madalena, Sobral, Fortaleza e ainda nas comunidades de Morrinhos, Queimadas, Alegre-Tatajuba, Riacho das Pedras, Lagoa do Mato e Saco do Belém.

A “Rede Nacional de Advogados Populares no Ceará” (RENAP-CE) e a organização “Urucum –Direitos Humanos, Comunicação e Justiça” (Ceará), também participam dos movimentos contra a exploração da mina de Santa Quitéria e, no dia 31 de outubro de 2014, na audiência pública realizada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), estas duas entidades apresentaram como petionárias, que o Projeto Santa Quitéria estava desrespeitando os direitos à informação e à participação popular, e solicitaram o acompanhamento daquela Comissão para o caso.

O Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde (TRAMAS-UFC), em parceria com o Professor Emerson Ferreira (da Universidade Estadual Vale do Acaraú), elaborou o Parecer "Análise do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Santa Quitéria em suas relações com a Saúde Pública, com a Saúde dos Trabalhadores e das Trabalhadoras e com a Saúde Ambiental", entregue em novembro 2014 ao Ministério Público Federal do Ceará, à Defensoria Pública da União e ao Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei

Tito de Alencar, juntamente com a Representação e a Nota, documentos jurídicos que demonstram que o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA-RIMA) do Projeto Santa Quitéria violam a legislação ambiental brasileira, bem como o direito à informação e à participação popular.

Todos estes movimentos denunciam a mesma preocupação: por que insistir em um empreendimento que pode massacrar várias comunidades, através de um mal invisível, mas real? A quem vai beneficiar de fato? Porque para as comunidades do entorno, passados o período de exploração, ficarão apenas com o que eles chamam de “herança maldita”, que são os rejeitos e lixos nucleares, caracterizando aquele espaço como um território de doença e morte.

O lado emocional dos moradores está visivelmente abalado, principalmente pela possibilidade de impacto no trabalho com a terra. Vizinhos da mina já são sabedores dos riscos que uma exposição radioativa acarreta, mas são confundidos, a todo momento, com o discurso de que não há riscos, ou de que o risco que oferece é o mesmo oferecido pelo contato com bateria de um celular, ou ainda bem menor que a de um raio X de um dente.

Existe um jogo ideológico que tenta colocar por terra os saberes acumulados ao longo do tempo, em troca de uma suposta verdade momentânea. A mídia local é utilizada em benefício do convencimento de que o normal é a exploração e que, em torno desta, só há vantagens. Para tanto, têm sido distribuídos panfletos, minicartilhas, realizadas visitas nas escolas, reuniões com as comunidades, e a rádio Itataia (rádio do município) disponibiliza espaço com frequência para a defesa das ideias do consórcio, práticas que alcançam o cotidiano das pessoas, martelando a ideologia intencionada, como bem nos mostra Poulantzias:

A ideologia não consiste somente ou simplesmente num sistema de ideias ou de representações. Compreende também uma série de práticas materiais extensivas aos hábitos, aos costumes, ao modo de vida dos agentes, e, assim, se molda como cimento no conjunto das práticas sociais, aí compreendidas as práticas políticas e econômicas. (POULANTZAS, 1985, p. 33)

O discurso de que não há riscos, ou a bandeira do emprego e renda que o empreendimento levanta, remete ao que Milton Santos chama de “Psicoesfera”. Os trabalhadores têm as suas convicções em relação à mina, sabem que se trata de um “dragão adormecido”, como eles mesmos dizem, mas se veem confundidos com o trabalho de convencimento que, por vezes, soa como uma ameaça, do tipo: “Se você não for a favor, ficará de fora dos benefícios que virão”, apontados pelo discurso assumido pelo governo local. Apoiando a empresa exploradora e noticiando as supostas vantagens - de emprego e renda, de melhoria da participação do Brasil na balança comercial, de diversificação da matriz energética, está o estado, como destaca Poulantzias, lançando mão diretamente da ideologia, para organizar um consenso entre as classes:

O Estado não pode sancionar e reproduzir o domínio político usando como meio exclusivo a repressão, a força, ou a violência “nua”, e, sim, lançando mão diretamente da ideologia, que legitima a violência e contribui para organizar um consenso de certas classes e parcelas dominadas em relação ao poder público. (POULANTZAS, 1985, p. 33)

Torna-se relevante estudar o papel do estado neste contexto, como ele embala, defende e ampara esse processo. A exploração da mina, no caso, envolve as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), o governo do Ceará, o grupo Galvani, a Prefeitura de Santa Quitéria e a população do entorno.

Para o projeto Santa Quitéria, o Governo do Estado arcará com as obras de infraestrutura, com o fornecimento de energia, estradas, capacitação da mão de obra e abastecimento de água. Esse último item, tão escasso para os agricultores, será farto para a mineração. Cito como exemplo a comunidade Riacho das Pedras, que, com 105 famílias, recebe 130 carros-pipa de água por mês, enquanto para a mina, serão necessários 120 carros-pipa, por hora.

Por isso, cabe aqui a reflexão sobre o Estado e o seu papel dentro da lógica do sistema, quando se constata que a sua manutenção se faz fundamentalmente visando criar condições de regularização e produção da sociedade capitalista e, como bem disse Poulantzas: “É cada dia mais evidente que estamos enredados na prática de um estado que, nos mínimos detalhes, manifesta sua relação com interesses particulares e, conseqüentemente, bem precisos.” (POULANTZAS, 1985, p. 14).

Podemos dizer que a ação do estado aparece, quase sempre, envolvida em conflitos, e as alianças que se formam tendem a privilegiar os intentos da classe dominante, viabilizando, por meio de políticas públicas, a reprodução do processo de acumulação capitalista, podendo resultar também em ações diretas e explícitas, como é o caso do projeto Santa Quitéria, integrante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, que conta ainda com financiamento de recursos públicos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e do governo do Estado do Ceará.

Assistimos a um processo em que a intervenção estatal corrobora para a desterritorialização dos camponeses com simultânea territorialização do capital. Assim, Estado, grandes empresas e territórios encontram-se totalmente atrelados ao processo de domínio e de poder que abarca esta questão, deparando-se, por outro lado, com as relações de resistência e luta dos demais grupos ali envolvidos.

Concordamos com Wanderley (2008), quando este coloca que os conflitos no entorno das áreas de mineração, por vezes, são analisados como disputas por recursos naturais, tidos como conflitos ambientais somente, mas na verdade eles são muito mais que isso; eles são também conflitos sociais e territoriais, visto que para explorar os recursos naturais, se faz necessária a expropriação, temporária ou definitiva. No fundo, o que se tem é uma disputa por aquele território, rico em determinado recurso mineral.



As relações sociais e os conflitos entre os povos tradicionais e as grandes empresas mineradoras industriais precisam ser compreendidos tanto nos contextos geográficos, das injunções fundiárias e econômicas, quanto no dia-a-dia das relações entre as partes envolvidas e nas experiências e história dos atores, instituições e lugares. (WANDERLEY, 2008, p. 3)

No nosso caso de estudo, a disputa se firma com os camponeses desejando aquele território por seus atributos materiais e simbólicos, delimitado pela forte carga afetiva, impregnado de história de lutas e de conquistas, suas e de seus antepassados, lugar aonde nasceram, desenvolvem relações, reproduzem e renovam os valores e as lutas camponesas, tendo a terra como fonte de trabalho, de manutenção da autonomia e de vida. Do outro lado, o consórcio firmado entre a empresa particular Galvani e o estado deseja o controle daquele território rico em urânio e fosfato, produtos estratégicos para o desenvolvimento do agronegócio, que gera lucro, enriquecimento e maiores movimentos na balança comercial. Nesse sentido, concordamos com Wanderley, quando este diz que

A empresa mineradora, na lógica capitalista na qual está inserida, se interessa pelo valor do minério no substrato geológico, almejando a reprodução do capital. Contudo, é impossível explorá-lo sem o controle total da área, sem provocar mudanças nos recursos da superfície, ou desestruturar os espaços simbólicos e a paisagem. Entendemos que a luta por recursos não se resume a uma mera conquista ou uso de determinado bem material. O conflito por recurso engloba muitas outras dimensões (sociais, econômicas, culturais e históricas) que deveríamos levar em consideração. O território, espaço no qual se encontram tais recursos, é o cerne da disputa. (WANDERLEY, 2008, p. 44)

Assim, a dinâmica que permeia o território o expõe continuamente a novas feições que vão se configurando a cada momento, de acordo com o contexto e com as correlações de forças, intensificando nos envolvidos o sentimento de identidade, de pertencimento, como nos mostra SANTOS (2000), numa luta que, para alguns, é de defesa e sobrevivência, e para outros, é busca de apropriação e poder.

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre os quais ele influi. (SANTOS, 2000, p. 96)

Compreender a dinâmica deste território é o passo primeiro que antecede a qualquer outra ação. Identificar as forças, os interesses e as coalizões que nele atuam também se faz importante para que possamos contribuir e, quem sabe, até moldar novas feições, onde valores como igualdade e oportunidade de direitos sejam respeitados e a natureza sirva, antes de mais nada, para propiciar vida e não para promover mortes.

Na realidade, a natureza, hoje, é um valor, ela não é natural no processo histórico. Ela pode ser natural na sua existência isolada, mas, no processo histórico, ela é social. [...] O valor da natureza está relacionado com a escala de valores estabelecida pela sociedade para aqueles bens que antes eram chamados naturais. (LEITE e CARVALHO, 2004, p.18)

E, dentro dessa dimensão espacial, atrelada ao poder, ambicionamos projetar essa pesquisa, abordando os conflitos que envolvem a conquista e a defesa do território, a forma como os camponeses se articulam e reagem, diante da ameaça de expropriação e/ou do risco de terem a sua saúde e a de seus descendentes afetada, com a exploração da mina. Pretendemos levantar a história e a luta de um dos quatro Assentamentos inseridos na área diretamente impactada, buscando compreender como o discurso ideológico implantado pelas corporações capitalistas e pelo Estado ali presentes, em função da mina, têm atingido as suas práticas e como eles visualizam as suas ações futuras, com base no atual contexto.

Esta é uma questão que provoca, ao mesmo tempo, receio, curiosidade e necessidade de mais informações. Por isso, a importância de esclarecer, de pesquisar, de partilhar para além do mundo científico o que é também de interesse do senso comum.

É de fato um tema complexo, mas compreendê-lo se faz urgente, visto que nos afeta muito diretamente, e com grandes possibilidades de ser uma interferência brusca e irreversível. Precisamos compreendê-lo, enquanto é tempo, enquanto ainda há o que fazer, o que apontar como melhor saída.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pensar em um empreendimento desta natureza, exigente de muita água para bem funcionar, numa região semiárida onde a escassez de água se configura como um grave problema, insuficiente até para o abastecimento humano? Itatira, na data das audiências públicas, já era abastecida por carros-pipa, trazidos do açude Araras (Paulo Sarasate), que fica no município de Varjota, o mesmo que pereniza o rio Acaraú. Na ocasião, presenciamos os baldes vazios nas residências, explicitando que a distribuição de água ali é regrada.

Para substituir o urânio, existem inúmeras outras fontes de energia, mas nada substitui a importância da água em nossas vidas! A questão da água, embora seja um dos problemas mais agravantes, é apenas um dos muitos pontos que nos leva a refletir sobre esta possível exploração.

Não questionamos o valor do urânio, sabemos de sua importância na diversificação energética e na movimentação da balança comercial brasileira, mas para aqueles camponeses do entorno, o urânio é muito mais valioso se ficar intacto no solo. A cidade do urânio e do fosfato, como é estampado na entrada de Santa Quitéria, só poderá usar este slogan como cartão postal, sem a exploração. Depois de explorado, corre o risco de vir a se tornar a cidade do lixo radioativo, dos rejeitos... Se todo o investimento fosse aplicado para fortalecer

a luta diária dos camponeses na lida da agricultura, não tardaríamos a ver essa região como destaque na produção de alimentos e na melhoria da qualidade de vida populacional.

Mas os valores se diferenciam de acordo com cada olhar. Nessa disputa territorial, a natureza pode ser, para uns, recurso, com toda a finitude que esta condição exige; para outros, parece ser a própria vida, imbricada no cotidiano de tal modo que o natural e o social misturam-se como uno.

É sofrida a nossa visão de caatinga, sem chuva, sem irrigação, com a mata branca a perder de vista; também é sofrida a feição dos camponeses. Mas, se algo muda: chove ou haja algum apoio que permita o avanço no trabalho com a terra, assim como ficam alegres os quintais, a caatinga, o território, igualmente se alegra o homem do campo, em total sintonia com a natureza. E junto com estes sábios populares, nos irmanamos na espera do parecer do IBAMA, sobre este empreendimento uranífero.

#### 4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: A luta pela terra e o hábitus de classe.** São Paulo: Editora Unesp, 2006.

ALVES, Pablo Araújo. **O caso da mineração de urânio em Santa Quitéria – CE: questões para debate.** Grupo Tramas, Universidade Federal do Ceará, 2014.

CORNWALL. Padre Ricardo. **Amargor: o teste nuclear atmosférico clandestino sobre o sertão central, 06 de agosto de 1957.** Tipografia Iris, Fortaleza: 2013.

CÁRITAS DIOCESANA DE SOBRAL. **No Ceará – A peleja da vida contra o urânio.** 2014.

FIRPO, Marcelo. **Pesquisadores apontam risco da mineração de urânio para a saúde.** Disponível: [racismoambiental.net.br/2012/05/pesquisadores-apontam-riscos-da-mineracao-de-uranio-para-a-saude/](http://racismoambiental.net.br/2012/05/pesquisadores-apontam-riscos-da-mineracao-de-uranio-para-a-saude/). Acesso em: 20/10/2012.

INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL. **Reservas de Urânio do Brasil.** Disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/meio-ambiente-energia-nuclear/reservas-de-uranio-do-brasil.php> Acesso em: 25/10/2012.

LEITE, José Correa, CARVALHO, Mônica de. **Território e Sociedade entrevista com Milton Santos.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MARX, Karl. **A ideologia alemã. 3ª edição. Trad. Luis Cláudio de Castro e Costa.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS. **Via Campesina denuncia riscos de usina de Urânio no Ceará.** Disponível em: [www.mst.org.br/Via-Campesina-denuncia-riscos-de-usina-de-Uranio-no-Ceara](http://www.mst.org.br/Via-Campesina-denuncia-riscos-de-usina-de-Uranio-no-Ceara). Acesso em: 05/10/2012.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo.** Rio de Janeiro: Graal, 1985

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

\_\_\_\_\_, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SÃO PAULO (Estado). **Consórcio Santa Quitéria. Estudo de Impacto Ambiental- EIA, Relatório de Impacto Ambiental - RIMA – Projeto Santa Quitéria,** São Paulo, 2014.

SUPERIOR DE MAGISTRATURA DO ESTADO DO CEARÁ. **I Jornada Antinuclear do Ceará acontece de 11 a 14 de agosto.** Disponível em: [www2.tjce.jus.br:8080/esmec/?p=9171](http://www2.tjce.jus.br:8080/esmec/?p=9171). Acesso em: 25/10/2012.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In; CASTRO, Iná Elias de e outros (org.). Geografia conceitos e termos. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1995.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. **Conflitos e movimentos sociais populares em área de mineração na Amazônia Brasileira. 2008.** Trabalho de Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2008.